



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
27/01/2022	14h30	17h10	Virtual

PARTICIPANTESMembros do Gape:

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	Presente
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	Presente
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Daniela Naufel Schettino (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Ana Caroline Santos Calazans (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Álvaro José de Andrade Carneiro (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Neiva Miranda Coelho (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Margaret Cadete Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Ara Apkar Minassian (Titular)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	Presente
Luiz Faria Quintão (Suplente)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	Ausência justificada
Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Marcelo Concolato Mejias (Titular)	TIM S.A. (TIM)	Ausência justificada
Marcio Couto Lino (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	Presente

Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel
Fernando Di Pietro Cordenonssi	Anatel
Frederico Gomes Barbosa	Anatel
Gesilea Fonseca Teles	Anatel
Livia Caruline dos Santos Lima de Sa	Anatel
Maria Lúcia Ricci Bardi	Anatel
Priscila Costa Pithon Barreto Jacomassi	Anatel
Danilo Morais Soares	Ministério das Comunicações (MCOM)
Hélio Mauricio Miranda da Fonseca	Ministério das Comunicações (MCOM)
Natalia de Sousa Borges	Ministério das Comunicações (MCOM)
Rafael Cardoso Reis	Ministério das Comunicações (MCOM)
Sebastião Sergio de Oliveira Junior	TIM S.A. (TIM)

PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da Reunião de instalação do Gape do dia 21 de dezembro de 2021
2	Construção da Base comum informacional
3	Diretrizes para Projetos de Conectividade de Escolas
4	Criação da EACE
5	Estabelecimento de Subgrupos Técnicos
6	Outros Assuntos
7	Próxima reunião e próximos passos

RELATO DA REUNIÃO

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape iniciou a 1ª Reunião Ordinária, agradecendo a participação de todos e desejando que o encontro fosse bastante produtivo. Observou tratar-se de pauta extensa e enfatizou a quebra de qualquer formalidade e que os assuntos seriam tratados em uma mesa redonda, para que se pudesse dialogar sobre todos os temas. Relacionou os 7 itens previstos para a reunião e iniciou com o primeiro item da pauta.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GAPE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, fez um breve comentário sobre o encaminhamento da minuta de ata da reunião de instalação do Gape, ocorrida em 21/12/2021, e questionou a todos se haveria mais algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta que foi encaminhada.

Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da Reunião de Instalação do Gape, informando que, após assinada por todos, ela será disponibilizada no SEI e, também, no espaço reservado ao Gape no site da Anatel.

2. CONSTRUÇÃO DA BASE COMUM INFORMACIONAL

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, passou ao item 2 da pauta, e convidou **Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape**, para tratar da construção da base comum informacional, destacando sua grande utilidade na elaboração de um diagnóstico claro, que possibilite evitar disparidades sobre as informações relativas à situação de conectividade de escolas públicas de educação básica no Brasil.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, agradeceu, cumprimentou a todos e fez alguns comentários acerca do que já se tem construído em termos de informação da conectividade nas escolas. Relatou que, após a reunião de instalação desse grupo, já ocorreram 2 (dois) encontros informais entre a Anatel, o Ministério das Comunicações (MCOM) e o Ministério da Educação (MEC), no sentido de se verificar os tipos de informações disponíveis, para que o Gape possa trabalhar na mesma base de informação. Destacou, a necessidade de que todos no grupo visualizem a mesma quantidade de escolas, as respectivas facilidades disponíveis de infraestrutura e se essas instituições de ensino já têm políticas públicas associadas à conectividade.

Nesse sentido, salientou a necessidade de se compilar as diversas bases informacionais para que todos do grupo possam falar a respeito, abordando a mesma quantidade de escolas e discorrendo sobre os mesmos aspectos.

Informou ainda que, nas discussões ocorridas, já ficou claro que a base principal para esse trabalho é o Censo Escolar e que atualmente está disponível o Censo Escolar de 2020, mas já se tem notícia de que estará disponível na próxima semana o Censo Escolar de 2021, que será a chave primária de escolas e destaca que os projetos serão realizados escola a escola.

Salientou que, a partir desse Censo Escolar atualizado, será possível incorporar outras bases informacionais que parecem ser bastante úteis. Além disso, relacionou o levantamento do que já se tem sobre tais bases: (i) a base do atendimento rural em função das obrigações de 4G, do Edital de 2,5 GHz, que prevê obrigações de escolas rurais; (ii) o levantamento do Plano Banda Larga nas Escolas (PBLE), em processo de acompanhamento pela Anatel e que é uma base bastante completa, com muita informação de política de atendimento de escolas urbanas; (iii) políticas do MCOM, em parceria com o MEC, como o GSAC, para conexão de escolas; (iv) a base informacional das escolas que receberam recursos do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), lembrando sempre que nem todo recurso dessa política foi utilizada para conectividade; (v) foi solicitada também a base do Nic.br de conectividade das escolas, no âmbito do Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação (GICE); (vi) e será utilizada também a base de informação do Projeto C2DB, resultante do Termo de Cooperação entre a Anatel e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objeto não é especificamente escolas, mas dispõe de informações muito interessantes que podem ser agregadas também. Acrescentou que a ideia é agregar todas essas bases, tendo o Censo Escolar como a base primária.

Informou que o MEC já havia iniciado a construção de uma base comum com um *dashboard*, para visualização das informações disponíveis. Esclareceu que essa base hoje está sendo trabalhada pela equipe do MCOM e que já é possível a visualização dessas informações. Comentou que também foi discutida a possibilidade dessa base vir para a Anatel que dispõe do *Qlik Sense*, ferramenta corporativa da Agência, que permite disponibilização pública. Em seguida, passou a palavra para o representante do Ministério das Comunicações, que poderia dar mais informações sobre esse trabalho com a base de dados.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM no Gape, agradeceu a equipe do MCOM que está trabalhando nessa base de dados, informando que o trabalho está em andamento e que já é possível uma visualização. Solicitou então ao **Rafael Cardoso dos Reis, integrante da equipe do MCOM**, que fizesse a apresentação do tema.

Rafael Cardoso dos Reis, integrante da equipe do MCOM, agradeceu, cumprimentou a todos, pediu licença para compartilhar a tela do sistema e discorreu sobre as informações disponíveis.



Esclareceu que o *dashboard* foi construído com a intenção inicial de agrupar os dados relacionados a escolas, para que se dispusesse de uma base comum, que permitisse a visualização, a manipulação dos dados e facilitasse a tomada de decisão. Isso, decorrente da existência de diversas bases que incluem informações relativas a escolas com conectividade. Confirmou que essa base, que está sendo trabalhada, toma o Censo Escolar 2020 como a base principal e, que a partir dela, é realizado o relacionamento com os dados das bases do Nic.br, do Programa Internet Rural e do Programa Gesac.

Informou também que essa base considera o universo de dados tratados de 138.816 escolas públicas, sendo 103.368 escolas conectadas, o que resulta um percentual de 25,54% de escolas sem internet.

Enfatizou a questão do “conceito” de Internet para o processo de ensino, que deve levar em consideração o Ensino a Distância (EAD). E, em decorrência disso, apontou uma questão relacionada ao “conceito” de Banda Larga, utilizado pelas escolas. Apontou o caso de São Paulo, no qual 657 escolas declaram no Censo 2020 não possuir Banda Larga. No entanto, os medidores do Nic.br. informam que essas 657 escolas têm Banda Larga com velocidade de 50 Mbps. Ao final, agradeceu e se colocou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e disponibilizou o link para o *dashboard*, para que o grupo possa explorar e se familiarizar com os dados, enfatizando que esse é um *dashboard* aberto e que é um pontapé inicial para o trabalho:

[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiYWRIY2NjODktMjY5Yy00MjdlLWJiMjgtMjQ1NDMzMWw4MTM0IiwidCI6ImExMTIwMGVklTNhYTctNDhFhMy05M2UxLTcwYWU4ZmMxZWw4YSJ9)

[r=eyJrjoiYWRIY2NjODktMjY5Yy00MjdlLWJiMjgtMjQ1NDMzMWw4MTM0IiwidCI6ImExMTIwMGVklTNhYTctNDhFhMy05M2UxLTcwYWU4ZmMxZWw4YSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiYWRIY2NjODktMjY5Yy00MjdlLWJiMjgtMjQ1NDMzMWw4MTM0IiwidCI6ImExMTIwMGVklTNhYTctNDhFhMy05M2UxLTcwYWU4ZmMxZWw4YSJ9)

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, agradeceu a apresentação e confirmou ser essa uma primeira visão do que está sendo construído e destacou que o Gape terá que endereçar os problemas, como por exemplo esse, apontado pelo Rafael, da questão do que a escola entende por Banda Larga, uma vez que isso depende de quem está dando a resposta ao Censo Escolar. Esclareceu que questão como essa terá que ser avaliada, para verificar se a “informação sobre a velocidade de banda larga, declarada pela escola” é uma variável que pode ser utilizada ou não. Considera ser esse um passo seguinte e, que no momento, se tenta coletar o que se tem de informação, para só depois se construir o que se quer. Acrescentou que deve

ser considerado para essa finalidade, principalmente, o trabalho do MEC (o próximo item da pauta), que são os objetivos, o que se quer fazer e com quais projetos. Com essas informações é que será possível fazer melhores filtros na base, para saber com quais escolas deve ser executado o trabalho. Afirmou que considera também que novas ideias, feedback e novas fontes informacionais são muito importantes. Informou ainda que será discutido internamente onde ficará de forma corporativa a base de dados e como ela deverá ser estruturada. Concluiu, informando ao Presidente do Gape que era esse o reporte que se pretendia apresentar e que conta com todos os membros do Gape para a construção dessa base.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape agradeceu ao **Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape**, e ao **MCOM**, principalmente ao **Rafael Cardoso dos Reis**, pela apresentação, e abriu a palavra aos demais membros do grupo, caso desejassem fazer algum comentário ou sugestão.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, se manifestou dizendo que, com base nesse material, é possível fazer alguns exercícios e que é importante agora digerir a matéria, sem entrar em detalhes. Disse ainda que considera que o documento está indo para uma boa direção.

Marcio Couto Lino, representante da TIM, parabenizou pelo trabalho, pois considera o levantamento inicial de informações concretas um ponto fundamental e difícil nesse momento. Compartilhou a experiência da TIM com alguns projetos realizados em escolas públicas no Estado de São Paulo, onde começaram com o levantamento de dados iniciais, informando que só o censo não foi suficiente, tendo sido também necessário fazer uma espécie de acesso por amostragem em algumas escolas, para se verificar aspectos de infraestrutura e o que se queria junto à Secretaria de Educação. Finalizou dizendo que isso foi fundamental para o projeto ter sucesso ao final.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, em complemento à manifestação da TIM, comentou sobre uma experiência da Neko, em uma região de São Paulo perto de Paraisópolis, onde se observou que a medida em que se coloca uma facilidade para uma escola, para aprendizado, os alunos e a própria escola começam a aumentar a respectiva demanda em termos de banda. E essa questão levantada pelo Rafael (se 50 Mbps é suficiente ou não), vai ter que ser endereçada, uma vez que se coloca 100 Mbps, as escolas demandam mais. Comentou que, não importando se é para aprendizado ou pesquisa, as escolas estão ávidas por informação e ainda não se sabe qual é esse limite.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, afirmou que considera um dos principais trabalhos da EACE, a melhoria dessas informações, para que se evitem surpresas no momento da execução da instalação, como falta de energia, falta de sala de informática, e outras questões de infraestrutura que inviabilizem a instalação. Avalia que, ao se chegar em um nível de informação razoável, considerado bom pelo Gape, no sentido de se saber quais são as escolas e quais são os projetos, deverão ser avaliados os procedimentos operacionais para que a EACE, que é quem vai executar esses procedimentos, entre em contato com as escolas e possa viabilizar as instalações. Por enquanto, o Gape está só começando e tudo deverá ser refinado.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou no sentido de que o Gape está tentando centralizar todos os dados que se tem, sejam dados do BID, do Ministério da Educação, do MCOM, da Anatel, etc..., para tentar criar uma base do Gape, isso, para que quando estiverem discutindo esse tema se tenha uma padronização de números que possibilite dar uma direção clara e uniforme ao Gape, evitando que cada entidade integrante do Gape disponha de dados diferentes. Entende que as disparidades, como apresentadas pelo Rafael, são pequenas e que sempre deverão ser citadas as respectivas fontes dos dados.

Rafael Cardoso dos Reis, integrante da equipe do MCOM, se manifestou de acordo com a proposta e confirmou que as disparidades são poucas e a intenção é de centralizar os dados.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, afirmou que é exatamente isso que se espera, tendo no Gape, o ambiente para a realização desse trabalho, que será de longo prazo, dado o volume de recursos que se dispõe. Aduziu que a base única é essencial para que se fale a mesma língua, até quando se estiver falando dentro da própria instituição, o dado que se trabalha pelo Gape é esse, que será consultado sempre do mesmo lugar, do mesmo *dashboard*, e não haverá divergência de números. Acredita que essa base consolidada poderá ser tornada pública, uma vez que não existe dado sigiloso e poderão ser inseridas notas explicativas informando a origem da informação, tornando mais robusto e dando mais legitimidade ao trabalho.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC no Gape, informou que essa situação, apontada pelo grupo, aparece no MEC, considerando a existência de várias autarquias, como o INEP, que é quem produz os dados do Censo, que alimenta outros órgãos do MEC, o FNDE, etc e, internamente, aparece uma oscilação da questão de dados pelo recorte que uma ou outra área faz, para o que considera importante dentro dos respectivos critérios e ações. Concorda, portanto, com o que está sendo proposto pelo grupo e enfatiza 2 pontos: (i) que se defina bem o conceito do que vai ser tratado e que se deixe bem claro quando se está falando de Banda Larga ou de matrículas da Educação Básica, quem é esse público que está sendo olhado, quais são as escolas, inclusive dentro do grupo e; (ii) que é essa a base do Gape, mesmo, porque todos têm dados da educação e quando for lançado o Censo, na próxima semana, todos vão se apropriar dos microdados do Censo e vão trabalhar, conforme cada conveniência. Isso exige que as definições do Gape sejam produzidas consensualmente e fortalece a fala do grupo nesse sentido.

Daniela Naufel Schettino, representante do Ministério das Comunicações no Gape, se manifestou dizendo que considera perfeito que o grupo defina qual será a base, mas essas bases, eventualmente, vão sofrer atualização, por exemplo, o GESAC, novos pontos do GESAC vão ser atualizados e seria bom prever que a base é definida, mas o número não é estanque.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do Ministério da Educação no Gape, questiona se está se pensando em atualizações, e se essa base será atualizada anualmente. Acrescenta que o Censo muda anualmente, mas as outras informações que serão acopladas ao Censo são flexíveis. Considera que devem ser previstos períodos de atualização, dependendo dos desenhos das outras políticas que serão inseridas no processo. Considera importante a previsão de atualizações, até porque, como falou o **Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape**, as atividades vão ocorrer ao longo do ano e, no momento em que ocorram as atividades, talvez seja importante uma atualização para se pensar então, na implementação.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, acrescentou que parece ser consensual que deva ser criada uma estrutura do site de informações do Gape, informando também de onde são retirados os dados e em que contexto foram criados. Afirmou que o que causaria espécie seria estar debatendo o tema ou apresentando os números e, eventualmente, ser abordado por pergunta ou questionamento acerca de uma informação, com um número diverso do que estava sendo apresentado, que pudesse fragilizar a forma de enfrentamento da questão pelo Gape. Concluiu por entender estarem todos de acordo em criar uma base informacional na forma como já foi abordada e sugere ao **Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape** e ao **Rafael Cardoso dos Reis, integrante da equipe do MCOM**, que na próxima reunião do Gape, seja feita uma apresentação de como seria essa página podendo ela ficar disponível na forma de melhor comunicação. E, em não havendo outras sugestões propôs a discussão do terceiro item da pauta.

3. DIRETRIZES PARA PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, informou que o item 3 da Pauta tem como objetivo tratar das diretrizes para os projetos de conectividade nas escolas. Quais serão as diretrizes, quais as colunas que vão sustentar os projetos? Seria o conceito de banda larga, a quantidade de megabits, a falta de infraestrutura para a instalação, que ditariam as diretrizes para esses projetos? Destacou, ainda, a extrema importância dessas diretrizes para orientar o trabalho a ser desenvolvido pelo grupo. Passou então a palavra à **Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC**, salientando que o Ministério da Educação, por ser o órgão com a expertise sobre a questão educacional, é a entidade mais apta a apontar as necessidades do setor, para tratar dessas questões que precisam de direcionamento.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC, trouxe como primeira diretriz, a necessidade de definição de quem seria o público alvo a ser alcançado pelo projeto. Citou a Lei nº 14.180/2021, que instituiu a Política de Inovação Educação Conectada, que estabeleceu em seu art. 1.º o

objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Sugeriu 2 blocos, no universo de 137 mil escolas: (i) escolas sem Internet e (ii) escolas com velocidade de Internet que não atende ao objetivo pedagógico. Apontou que a coleta de dados, realizada em novembro de 2021, mostra quantidade expressiva de escolas com velocidades que não atendem ao mínimo para objetivos pedagógicos pois, embora tenham acesso à Internet, a velocidade é menor que 2 Mbps.

Esclareceu que esse primeiro bloco de escolas sem internet, contabilizaria aproximadamente 35 mil instituições. Quanto ao segundo bloco, apresentou gráfico com informações obtidas do PDDE Interativo, acerca das regiões norte, nordeste e sudeste, apontando os percentuais de escolas com velocidade até 2 Mbps (19,7% das escolas do norte; 15,3% das escolas do nordeste e 10,2% das escolas do sudeste); com velocidade entre 2 a 5 Mbps (12,8% das escolas do norte; 8,8% das escolas do nordeste e 7,9% das escolas do sudeste); com velocidade entre 5 a 10 Mbps (21,8% das escolas do norte; 13,4% das escolas do nordeste e 12% das escolas do sudeste); com velocidade entre 10 a 50 Mbps (21,6 % das escolas do norte; 33,4% das escolas do nordeste e 29,1% das escolas do sudeste); e com velocidade acima de 50 Mbps (24,1% das escolas do norte; 29% das escolas do nordeste e 40,8% das escolas do sudeste).

Apontou também que a projeção feita em 2017, com a perspectiva de evolução da velocidade para fins educacionais, não foi atendida, uma vez que se esperava chegar, por exemplo, em 2021/2022, com cerca de 40 Mbps em escolas pequenas (1 a 199 alunos); 100 Mbps em escolas médias (200 a 499 alunos); e 200 Mbps em escolas grandes (acima de 500 alunos). disse que a realidade pedagógica de hoje, em 2022, mostra que essa evolução projetada está muito aquém das reais necessidades educacionais, que tem um patamar muito mais alto do que aquele que foi projetado em 2017.

Informou que, com a participação no GICE, foi possível observar que a realidade pedagógica de hoje traz uma necessidade muito maior. Constatou que o aparato atual, decorrente inclusive da pandemia, como aprendizagem híbrida, atividades de áudio e vídeo, capacitação de professores e outras práticas, exige uma velocidade muito maior. Ou seja, aparecem outros fatores que precisam ser avaliados no planejamento de cada escola, considerando suas realidades distintas, devendo ser equacionados, além da quantidade de alunos, os turnos escolares, a quantidade de alunos que utilizam recursos da Internet ao mesmo tempo, a capacitação dos professores, o uso da internet na biblioteca e nas áreas externas à escola.

Acrescentou que também devem ser consideradas as diferenças de estrutura de cada escola, pois há escolas que já possuem um aparato mínimo e, portanto, apenas precisariam de maior velocidade. Outras, entretanto, não possuem qualquer infraestrutura e precisariam, assim, de mais ações além do aumento de velocidade.

A seguir, questionou se, considerando a conectividade e a velocidade a ser oferecida, não deveria também ser entregue a infraestrutura interna e a manutenção das instalações. Informou que, da experiência com o Nordeste Conectado, foi possível concluir que a transformação cultural das escolas avançou com mais efetividade e o resultado realmente apareceu quando a conectividade chegou com um aparato mais abrangente de atendimento e quando esse aparato foi, de fato, utilizado na prática pedagógica. Ressaltou também a importância de se preverem ações de capacitação de professores e técnicos das escolas para uma melhor utilização da conectividade.

Terminada a apresentação, **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu e parabenizou a representante do Ministério da Educação no Gape pela apresentação e questionou aos membros do Gape se tinham comentários a fazer.

Daniela Naufel Schettino, representante do Ministério das Comunicações no Gape, perguntou se as medições de velocidade nas escolas, apontadas na apresentação como coletadas pelo PDDE interativo, foram feitas pelo medidor do Nic.br.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do Ministério da Educação no Gape, esclareceu que não, que são dados coletados no momento de monitoramento das escolas e que são dados declarados, necessários para o repasse de recursos do plano de aplicação financeira e que pode também ser um dado para ser anexado ao painel de dados, caso o grupo entenda pertinente.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM no Gape, fez uma reflexão, com relação à apresentação e sobre o quão personalizado, o quão individualizado os projetos de conectividade executados pela EACE, sob orientação do Gape, poderão ser. Ponderou sobre quanto um programa de massa consegue absorver as necessidades da escola, para soluções que sejam talhadas para cada realidade específica e sugere que, talvez, tenha que ser feito um *trade off*, para o alcance do resultado em termos de custo-benefício. Trouxe ao grupo uma reflexão sobre até que ponto a política pública chega? Será que a política pública não pode chegar até um ponto sem ter que absorver a ponta do diretor da escola, por exemplo. Considera que deve se ter clareza do que atacar, sob pena de se construir uma política muito focalizada. Isso, sem cair em falhas de políticas anteriores, que pesaram muito a mão na universalização, sem a qualidade necessária e sem elementos para que resultasse no uso efetivo. Considera que são questões que devem ser debatidas no Gape. Por fim, cita que a ENAP, que tem um escritório de consultoria de avaliação de políticas públicas, e considera que o Gape não pode perder a oportunidade de convocar os colegas da ENAP, apresentar o que se pretende realizar e ter um acompanhamento de um grupo de especialistas para que, de partida, o Gape tenha uma avaliação dessa política que pretende executar.

Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica, se manifestou para complementar o que o disse o **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, afirmando, que no âmbito da engenharia, muitas vezes se quer adotar uma solução para tudo e o inverso disso é fazer uma customização de tal sorte, que se perca nas implementações. Considera que se pode ter alguns cenários tipo pequeno, médio e grande e, dentro dessa perspectiva, colocar equipamentos padrão, em função do número de alunos, facilitando muito a entrega. Seja lá o que for, pode se pensar em *kits* de equipamentos (em função da velocidade), *kits* de infraestrutura (painéis solares) e *kits* de acesso (fibra, rádio, satélite, SMP...). Outro ponto a ser observado é que se as escolas não têm infraestrutura, pode ser feita uma vistoria, por meio de um *survey*, que seria montado, para obtenção dessa informação, ao invés de se basear em uma consulta ao diretor da escola. Outro aspecto a se pensar é que em uma ponta tem uma escola, tem um meio e, na outra ponta tem uma empresa com a saída para a Internet (www), ou isso terá que ser provido por uma RNP. Além disso, após implementada, essa estrutura deve ser entregue para quem irá operar essa rede, depois que a EACE finalize o seu trabalho. Considera que todos esses aspectos devem ser avaliados e discutidos no âmbito do Gape.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC, afirmou concordar com as manifestações do **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, e do **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica**, e por isso trouxe as duas realidades, uma de quando a política foi pensada e outra de hoje, quando se fala de conectividade, quando se tem um guia de conectividade da escola. Destacou a importância de mapear alguns grupos de atendimento, para se ter clareza das principais dificuldades e como superá-las.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, questionou se a política de conectividade apresentada está prevista em instrumentos do MEC, que estabelecem essa política. afirmou que vai ser discutido no Gape o melhor caminho a ser seguido, mas que tudo deve estar previsto em políticas de educação. Isso porque o Tribunal de Contas da União irá demandar um nível de compatibilidade entre as ações do Gape e as políticas setoriais. Questionou, também, até que ponto esses requisitos mínimos têm que ser atendidos ou se existe flexibilidade para evolução. Disse considerar bastante interessante e inteligente a ideia do **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM** de criar um painel de especialistas, como um mecanismo de avaliação da efetividade da política pública realizada pelo Gape. Abordou, ainda, um ponto sobre o que o **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica** falou, quanto aos tipos de tecnologia e modelos de atendimento, que estão atrelados a “o quê” e “como” a EACE vai contratar as soluções que irão resultar em conectividade, para que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma a atenderem efetivamente a política, tema que deverá ser amplamente discutido pelo Gape.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC, respondeu que existem portarias, para apoio técnico, uma Resolução e um Decreto. Além disso, foi editada a Lei nº 14.180/2021, que instituiu a Política de Inovação Educação Conectada, que considera ser a política que vai embasar as ações

do Gape. Informou ainda que, como essa Lei ainda não foi regulamentada, será necessário trabalhar em um Decreto de regulamentação da Lei, sendo, portanto, um momento propício para pensar em remodelar e talvez propiciar um alinhamento com as ideias do Gape.

Daniela Naufel Schettino, representante do MCOM, manifestou preocupação com as ações posteriores ao trabalho de conexão das escolas. Disse que seria interessante que a escola recebesse a capacitação necessária para poder depois seguir no trabalho de forma mais independente.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se algum outro membro gostaria de se manifestar. Não tendo havido manifestação, informou que faria alguns comentários. Primeiramente, comentou sobre a preocupação acerca do que acontecerá quando o Gape terminar o seu trabalho e disse que este será o maior desafio do grupo: conseguir encontrar soluções para que o trabalho feito não se perca e que tenha a devida continuidade. Comentou que o trabalho nesse momento é fixar diretrizes e que o grupo parece estar conseguindo fazer isso de maneira adequada, sendo necessário que ao final da discussão desse assunto, seja possível elencar tais diretrizes de forma clara e objetiva, pensando em diversos fatores, como capacidade e velocidade adequadas, infraestrutura, instalação adequada das facilidades, manutenção dos equipamentos, capacitação de pessoas e o devido comprometimento do ente (estadual ou municipal) responsável pela escola.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, sugeriu que os membros refletissem sobre essas diretrizes para apresentar seus entendimentos e propostas em uma próxima oportunidade.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, manifestou-se no sentido que o grupo deve começar a trabalhar em um documento escrito para estruturar essas diretrizes.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, lembrou que o próprio edital já traz algumas diretrizes e talvez esse seja o ponto de partida – utilizar o que consta no edital e completar com o fruto das discussões do grupo.

Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC, disse que o MEC pode ficar responsável por redigir um documento preliminar com as diretrizes preliminares a ser complementado pelos demais membros.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, ressaltou a importância de se iniciar a redação desse documento, nem que seja em um documento preliminar, o quanto antes, para que as ideias provenientes das discussões não se percam.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, solicitou então à **Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC**, que fizesse uma minuta de documento, já colocando o secretário do GAPE à disposição para auxiliar nessa construção. Em seguida, passou a tratar do próximo ponto da pauta.

4. CRIAÇÃO DA EACE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, lembrou que na Reunião de Instalação do Gape, foi definido o prazo de 90 dias para a criação da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) e que o trabalho de criação da entidade seria tema da pauta dessa primeira reunião ordinária. Convidou os representantes das prestadoras para se manifestarem sobre o assunto, lembrando que o prazo final para a criação da EACE é 21 de março de 2022, uma terça-feira.

Camilla Tedeschi de Toledo Tapias, representante da Telefônica se manifestou informando que os trabalhos estão em andamento. Acrescentou que foi contratado um escritório para assessoramento na constituição da EACE e que já foi definido qual o formato jurídico a ser seguido. Informou também que já está sendo comentando o estatuto que está bem avançado e se pretende cumprir o prazo previsto no Edital, alertando que eventual percalço será trazido para esse foro mas a princípio caminha tudo bem com a criação da EACE.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, se manifestou, dizendo que **Camilla Tedeschi de Toledo Tapias, representante da Telefônica** conseguiu resumir perfeitamente e considera que vão conseguir cumprir o prazo, não tendo nada a acrescentar.

Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro também se manifestou no sentido de não ter nada a acrescentar ao que fora dito por **Camilla Tedeschi de Toledo Tapias, representante da Telefônica**.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu à **Camilla Tedeschi de Toledo Tapias, representante da Telefônica**, e aos demais, o reporte do andamento dos trabalhos e se colocou à disposição para acompanhar e ajudar no que for necessário.

5. ESTABELECIMENTO DE SUBGRUPOS TÉCNICOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao abordar o item 5 da pauta, informou tratar-se do estabelecimento de subgrupos técnicos e, conforme já havia comentado na reunião de instalação, os membros já poderiam trazer, para avaliação, nesta reunião ordinária, propostas quanto à necessidade de criação de subgrupos técnicos específicos para que o Gape atinja a execução do seu objetivo. Nesse sentido, sugeriu a criação de um **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, que entende importante e que já havia sido mencionado na reunião de instalação. Com relação a outros subgrupos a serem criados, abriu a palavra para ouvir os demais membros.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, disse considerar que o trabalho que está sendo feito, de diagnóstico e levantamento de informações, ainda vai passar por alguns capítulos, para poder chegar a um produto definitivo e adequado para ser utilizado - o que pode ser conveniente para ser trabalhado em um subgrupo, inclusive para caracterizar uma roupagem mais formal do Gape, podendo facilitar a solicitação de informações, assim como o envolvimento dos outros membros do Gape nessa discussão. O levantamento de informações começou a ser feito de forma informal, para se saber inicialmente quais informações estavam disponíveis, mas isso deve ser estruturado, para que se possa dispor de um produto que todos tenham discutido, evitando utilizar as reuniões do Gape para esse tipo de discussão. Assim, creio que já se pode formalizar um **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, que irá absorver esse trabalho informal que já está em andamento.

Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica sugeriu a criação do **Subgrupo Técnico Financeiro**, que seria responsável para acompanhar os aportes financeiros. Considera que, a partir da data da criação da EACE, os aportes começam a acontecer 30 dias depois, e já seria oportuno contar com um subgrupo técnico para acompanhar a gestão e o investimento dos valores. Comentou que apesar de ainda depender da criação da EACE, esse grupo já poderia ser estruturado.

Margaret Cadete Moonsammy, representante da Algar, sugeriu a criação de um subgrupo de comunicação, uma vez que um padrão de comunicação com as escolas poderia facilitar o entendimento dos temas a serem trabalhados. Esclareceu que, pensando no momento de fazer alguma instalação, algum projeto ou alguma fiscalização nas escolas, seria oportuno haver uma comunicação padronizada. Assim, considera prudente o Gape contar também com um **Subgrupo de Comunicação**.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, se manifestou no sentido de que, além da comunicação com as escolas, os trabalhos do Gape poderiam contar com um subgrupo para a comunicação com outras entidades e também com a imprensa, evitando, assim, a difusão de informações desalinhadas ao posicionamento oficial do Gape, o que poderia prejudicar o trabalho que está sendo realizado.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou de acordo com a criação do **Subgrupo de Comunicação**, acatando ambas as sugestões apresentadas, tanto da **representante da Algar** como do **representante da Neko**. Entende que deve ser avaliado o Regimento Interno do Gape, para saber se há algum óbice ou a se a realização da comunicação do Gape já consta como atribuição prevista no Regimento e solicita manifestação de sua assessoria, no sentido de poder sanar essa dúvida.

Gesilea Fonseca Teles, integrante da equipe de assessoramento de Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, esclareceu que o Regimento Interno do Gape prevê a possibilidade de criação de subgrupos, e, portanto, não há óbices à criação de subgrupos de comunicação. No entanto, esse subgrupo não poderá fazer uma representação do Gape perante outras instituições nem emitir correspondência institucional em seu nome, uma vez que essa é uma atribuição do Presidente do Gape.

Margaret Cadete Moonsammy, representante da Algar, esclareceu que o grupo deverá produzir material, textos e comunicados, que devem ser submetidos ao Gape. Disse que entende que todos os subgrupos devem produzir material para dar suporte ao Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou favorável a criação do **Subgrupo de Comunicação**, na forma proposta, devendo então serem designados na próxima reunião, o coordenador e o suplente, que devem ser servidores da Agência.

Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape, se manifestou, dizendo que, nessa linha, também poderia ser criado o **Subgrupo Técnico Financeiro**, sugerido pelo **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica Brasil S.A. no Gape**, deixando também para a próxima reunião a indicação do coordenador e do suplente, que devem ser servidores da Agência.

Daniela Naufel Schettino, representante do MCOM, sugeriu a criação de um outro subgrupo para que trate das soluções técnicas para a conexão das escolas. Afirmou que, quando o universo de escolas tiver sido delimitado, deverá ser discutido como será feito esse atendimento, que tecnologia será utilizada, qual seria a velocidade.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou que talvez esse seria o **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, já proposto, e solicitou confirmação ao **Nilo Pasquali, Secretário Executivo do Gape**, que respondeu que não havia pensado exatamente nisso, mas que o mesmo grupo poderia absorver as atividades de tratar das soluções técnicas para a conexão das escolas, uma vez que essa atividade seria decorrente do diagnóstico.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, sugeriu que o **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, absorva as atividades propostas pela **Daniela Naufel Schettino, representante do MCOM**, e confirmou a criação do **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, para o qual ficam designados **Eduardo Marques da Costa Jacomassi** e **Maria Lucia Ricci Bardi**, ambos servidores da Agência, como coordenador e suplente, respectivamente, e solicitou que abrissem as câmeras, para que todos pudessem conhecê-los, e passou a palavra para que se apresentassem.

Eduardo Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV se manifestou, informando estar à disposição para contribuir com o trabalho e que o subgrupo deve contar com uma equipe muito boa para realizar esse trabalho.

Maria Lucia Ricci Bardi, servidora da Agência, lotada na PRUV, também se manifestou, informando estar à disposição para executar o trabalho.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, resumiu para que conste em ata, que fica criado o **Subgrupo Técnico de Diagnóstico**, para o qual foram designados **Eduardo Marques da Costa Jacomassi** e **Maria Lucia Ricci Bardi**, ambos servidores da Agência, como coordenador e suplente. E também, que ficam criados o **Subgrupo Técnico Financeiro** e o **Subgrupo de Comunicação**, cujos coordenadores e suplentes deverão ser indicados na próxima reunião do Gape. Também solicitou ao **Nilo Pasquali**, que, na condição de **Secretário Executivo do Gape**, providenciasse os encaminhamentos necessários para formalização e estruturação dos Subgrupos.

6. OUTROS ASSUNTOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao constatar não haver outros assuntos a serem tratados, passou aos últimos pontos da pauta.

7. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, lembrou que o Regimento Interno do Gape prevê a realização de reuniões mensais. Assim, sugeriu que a próxima reunião aconteça no mês de fevereiro, na data de 15/02/2022, às 10h00, de forma remota.

Marcio Couto Lino, representante da TIM, solicitou que as reuniões desse grupo fossem realizadas na parte da tarde.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape não se opôs, assim como nenhum outro membro do grupo, e definiu a **data de 15/02/2022, quarta-feira, às 14h00, para a 2ª Reunião Ordinária do Gape**, a ser realizada de forma remota.

Quanto aos próximos passos, lembrou que será mantido o acompanhamento da **criação da EACE**, e pediu aos **representantes das prestadoras** que apresentem o status dos trabalhos, na próxima reunião.

Lembrou também ser importante que seja preparada para a próxima reunião, uma breve apresentação do coordenador do **Subgrupo Técnico de Diagnóstico (SGT Diagnóstico)**, o senhor **Eduardo Jacomassi**.

Por fim, questionou aos membros se haveria algum outro passo importante para ser tratado naquele momento.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, informou que irá trazer, voluntariamente, para a próxima reunião, dados de entidades representativas de classe, como de assentamentos, da Funai, de Quilombolas, de associações de periferia, que tenham escolas públicas que necessitam de conectividade. Informou que já tem parte desses dados, para que sejam objeto de discussão, para serem avaliados e discutidos, e colocados ou não como prioridade.

Finalizando, agradeceu a participação de todos e informou que o **Secretário do Gape** encaminhará a minuta de ata da presente de reunião para aos demais membros, em 5 (cinco) dias, para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Gape.

APROVAÇÃO

7.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

7.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 17/02/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 18/02/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Miranda Coelho, Usuário Externo**, em 18/02/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Margaret de Almeida Cadête Moonsammy, Usuário Externo**, em 18/02/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Ara Apkar Minassian, Usuário Externo**, em 18/02/2022, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Couto Lino, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Pereira Ibitinga de Barros, Diretora de Planejamento Regulatório**, em 30/03/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho, Diretor de Assuntos Regulatórios**, em 27/04/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7963191** e o código CRC **077DF0CC**.